

## A CONSTITUIÇÃO SOCIAL – DESFAZENDO MITOS\*

Filipe Carreira da Silva

Professor Universitário/Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Numa altura em que o Partido Comunista Português celebra os seus 90 anos de existência, muitos têm sido aqueles que têm lembrado o papel deste partido no período imediatamente subsequente ao 25 de Abril de 1974. O PREC, as nacionalizações do gonçalvismo, e uma Constituição excessivamente “social” têm sido apontados como exemplos da responsabilidade do PCP e, por extensão, da esquerda, para com as razões de fundo que nos trouxeram à situação de crise com que nos confrontamos hoje em dia. Razões estas que se prendem, a crer nesses comentadores, com um Estado excessivamente pesado, caro e ineficiente; com uma economia demasiado dependente dos subsídios públicos, pouco inovadora e competitiva; e, fundamentalmente, com uma cultura de subsídio-dependência, avessa ao risco e tenazmente ciosa dos seus direitos constitucionalmente garantidos.

Isto acontece em Março de 2011, mas se voltássemos a ler os jornais de há 10 ou 20 anos atrás pouco teria mudado. Os termos do debate em Portugal sobre o Estado social, a Constituição e a economia social são invariavelmente os mesmos. À esquerda, os partidos propõem-se “fazer cumprir a Constituição” ou defender o “Estado social” dos ataques do neo-liberalismo; à direita, os partidos, cientes de que qualquer medida mais abrangente ou estrutural será imediatamente atacada no plano moral, resignam-se a fazer reformas ao modelo de financiamento ou organização do Estado social, sob o manto de justificações tecnocráticas, ou a valorizar temas singulares, como o papel da Igreja ou da sociedade civil em domínios como a educação (colégios privados), saúde ou assistencialismo (IPSSs).

Sucedem que os termos deste debate assentam sobre um pressuposto errado, relacionado com o papel histórico que os partidos teriam tido durante o momento constituinte do nosso regime político-constitucional. Trata-se do pressuposto de que a Constituição social nasceu por iniciativa da esquerda e que teria sido imposta à direita, a qual, sem margem de manobra durante o Verão Quente de 1975, se teria visto obrigada a subscrever uma Constituição orientada “rumo ao socialismo”. Tal mito fundador, porém, não resiste ao escrutínio crítico da investigação histórica. O que se passou na Assembleia Constituinte de 1975-76 foi bem diferente do que este mito sugere.

A análise ao papel dos partidos políticos, dos respectivos programas eleitorais às justificações públicas com que cada grupo parlamentar fez acompanhar a

---

\* Este artigo retoma alguns dos argumentos de Vieira, M.B. e Silva, F.C. (2010), *O Momento Constituinte. Os Direitos Sociais na Constituição*. Coimbra: Almedina.

respectiva orientação de voto na hora de aprovar cada artigo, revela um momento constituinte originado não através de um consenso imposto pela esquerda, mas através de um consenso por sobreposição entre os partidos de esquerda e direita. Todos os partidos, por razões diferentes e com vista a modelos de sociedade e do papel do Estado também diferentes, deram o seu apoio à constitucionalização de um vasto leque de direitos sociais e económicos. A génese do nosso regime político democrático e do Estado social com ele desenvolvido nos últimos 35 anos não é exclusivo de um só partido, ou sequer de uma só ala do nosso sistema partidário. Como este consenso na hora de votar a Constituição assentou sobre razões ideologicamente bem distintas, nunca deixou de haver dissensão na hora de criar, implementar e reformar as políticas sociais do Estado.

Não é que PS e PSD não tenham explorado eleitoralmente os benefícios que o Estado social traz à população, das pensões de reforma aos subsídios de desemprego; o que o nosso momento constituinte nos mostra é que, para além dos interesses em comum desses partidos, a construção do Estado social democrático se fez também sobre clivagens ideológicas que continuam a separar os partidos, da esquerda radical à direita conservadora. Este pluralismo de ideias sobre o que deve ser o papel do Estado nas suas relações com a economia e a sociedade está presente entre nós desde a primeira hora e continua presente hoje em dia, ainda que entorpecido por um padrão de debate público excessivamente limitado.

Até pela gravidade dos problemas com que o nosso país se confronta hoje em dia, vale a pena começar a pensar no papel do Estado, da Constituição e da economia social de forma mais aberta e criativa. Desde logo, não há, nem nunca houve, um só modelo de “Estado social”. Existem tantos modelos de Estado social quanto o número de países que o implementou (não há dois países que tenham dois modelos idênticos); de igual forma, em Portugal, houve sempre competição em torno de que modelo concreto deveria ser implementado, de que políticas concretas melhor cumpriam os objectivos desejados. É justamente porque se tende a esquecer este facto – de que não há um modelo único de “Estado social”, mas que este é fruto das condições político-económicas e histórico-culturais de cada país – que em Portugal o debate em torno destas matérias é tão pobre e as soluções implementadas tão frequentemente mal preparadas e planeadas.

A solução para este problema é simples e urgente. Importa pensar o problema de forma radicalmente diferente daquela a que nos habituámos em Portugal a fazer desde há décadas. Não se deve reduzir o debate político a se estar “a favor” ou “contra” o Estado social; o debate deve antes visar esclarecer que modelo de Estado social se prefere e, sobretudo, por que razões se prefere este modelo em vez daquele, esta medida em lugar daquela. Ou seja, e por mais contra-intuitiva que seja esta ideia, importa voltar a pensar como se fez no nosso momento constituinte – de forma inapelavelmente plural, com vista a um acordo intergeracional que responda aos desafios do nosso tempo. Se em 1975 o desafio era o capacitar uma população empobrecida através de um cabaz mínimo de serviços e bens sociais que garantisse que todos os portugueses se tornassem cidadãos de pleno direito (embora, como vimos, isto significasse diferentes

coisas para diferentes partidos), hoje em dia o desafio é o de reformar o regime entretanto erigido sem deitar por terra o que se alcançou nos últimos 35 anos em matéria de desenvolvimento humano. Este é um desafio que pode ser respondido de muitas maneiras. Mas uma coisa é certa. A ser interiorizado pelos nossos governantes e decisores políticos, pode ajudar a desfazer muitos dos nós que prendem actualmente a sua acção e imaginação política.